

Governo não altera a economia

Abreu divulga nota para desmentir "medidas artificiais"

YUUGI MAKUCHI



Abreu reafirmou que Governo não muda sua política

O ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, divulgou ontem uma nota à imprensa na qual descarta a possibilidade de choque para alterar a política econômica do Governo Federal. Com apenas dois itens, a nota esclarece:

"Em nenhum instante o Governo examinou qualquer proposta de política econômica destinada a mudar a linha que se traçou e não recorrerá a nenhuma medida espetacular ou artificial".

Acrescenta que "o Governo continua firme na execução da política fiscal estabelecida no Programa de Modernização e Ajustamento 1988/1989, sem recuo nem vacilações".

FRIEZA
O ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, rece-

beu com frieza a proposta de indexação da economia formulada por Chico Lopes, com a colaboração do deputado Osmundo Rebouças (PMDB-CE), que prevê a criação de uma nova moeda, o real, para substituir gradualmente o Cruzeiro. Desde o desembarque de sua viagem à Europa até o final da tarde ontem, o ministro esquivou-se da imprensa. Segundo sua assessoria, Nóbrega não se pronunciaria sobre a questão, pois sequer leu o documento.

Já o presidente em exercício e diretor da Divisão Pública do Banco Central, Juarez Soares, disse que é favorável à desindexação gradual da economia. Durante entrevista coletiva concedida à tarde, Soares comentou as propostas para o combate à inflação anunciadas pela im-

prensa, deixando claro que é contra a troca do cruzado por outra moeda.

"Já temos diversas moedas em circulação no País, como a OTN-Fiscal, a LFT-Fiscal e o dólar no paralelo. Não faz sentido criar mais uma", afirmou o presidente do BC. Juarez Soares criticou também o que considera excesso de comentários e debates sobre possíveis choques na economia. "Tudo isto está trazendo muita confusão ao mercado", opinou.

O plano de desindexação Lopes/Rebouças não apresenta nenhuma novidade em relação ao atual limite para emissão de moeda, no entender de Juarez Soares. O presidente em exercício do BC explicou que atualmente o Governo tem de pedir autorização do Congresso para alterar os valores do Orçamento Geral da União.